

Cita do terceiro Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Nos nove dias do mês de março de Rum mil novecentos e noventa e dois, às vinte horas e trinta minutos, reuniram-se os senhores vereadores, em sua totalidade, para a realização de mais uma sessão prevista. Iniciando a proteção divina deu início o Senhor Presidente a sessão, solicitando de imediato que fosse lida a ata da sessão anterior, a qual após sofrer algumas retificações que foram solicitadas pelo vereador Pascheal Gimeus Rivaldo, em votação foi aprovada. A seguir foram apresentadas, pelo primeiro secretário da Mesa vereador José Pedro Serafim, as correspondências recebidas e expedidas no decorrer da semana que antecedeu à sessão. Logo após, deu conhecimento, o Senhor Presidente, aos presentes, das matérias constantes em pauta, feito isso, concedeu o espaço aberto para o pronunciamento dos vereadores inscritos no pequeno expediente. João Lindrade Sampaio, referiu-se quanto a votação em sessão passada do projeto de lei que mudava o nome de Vila Operária para Bairro Jardim Primavera, pedindo perdão pelo momento impróprio de pedir a troca de nome, entendeu que os vereadores que fizeram a proposição não estavam errados. Apertando, Waldemar Brandão, solicitou ao Senhor Presidente questão

de ordem, pedindo ao vereador que falasse sobre aquele assunto no momento certo para que pudessem debater. Concordando o vereador João Lindrade Sampaio, deixou para discussão quando da votação do projeto. Waldemar Brandão, protestou pelo fato de condução dos trabalhos pelo Senhor Presidente. Registrou seu contentamento pela posse do Deputado Estadual Ricardo de Freitas Júnior, dizendo ser mais um sinqueto que assumiria um cargo na Assembleia Legislativa, e que somando com o Deputado Jorge Yamai poderia trazer mais benefícios para Sinop. Dalton Benoni Martini, referiu-se novamente ao problema da seguradora pública, dizendo da satisfação que tivera em participar da Comissão Especial que acompanhara os trabalhos das delegacias para tentar ajudar a resolver a questão dos roubos, o que estava sendo resolvido. Entendeu que não deviam parar, deveriam sim lutar a cada dia mais pelo bem do município. Solteu à polícia, que o cidadão preso, envolvido com os furtos de veículos, continuasse na cadeia. Fozas Henrique de Lima, cumprimentou em nome da bancada do PFL ao vereador Vitorino Dal Pa Libera pela habilidade de formação do distrito em Santa Carmem e pela Presidência do mesmo, desejando vê-lo como primeiro prefeito daquela cidade. Disse que sempre parabenizava no hora certa, e que o fazia ao Executivo pelo seu

mplicimento da pequena quantia repassa-
da pelo Governo passado com o finalidade
da construção do Fórum, mencionou
que não merecia críticas o Executivo Mu-
nicipal, pois o montante era muito ki-
gradueu a resposta recebida ao seu re-
querimento que tratava sobre o assunto
acima citado. José Pedro Serapini, referiu-
se quanto a questão da segurança pú-
blica, levantado pelo vereador Dalton Be-
moni Martini, dizendo do trabalho feito
pela Comissão Especial, formada naquilo
sentido, em visitas feitas às delegacias re-
gional e municipal, ao Pelotão da Polícia
Militar e ao Fórum. Reportou-se quanto a
maneira insistente que tiveram que agir
para conseguirem falar com o juiz de direi-
to, Doutor João Ferreira Filho e também
quanto a tentativa, por várias vezes, de con-
tato com o secretário de Estado de Segu-
rança, o que fora impossível. Mencionou
das várias denúncias anônimas que re-
cebia, as quais poderiam ser feitas direta-
mente a polícia, e não ocorriam por fal-
ta de confiança a mesma. Entendeu que pu-
riavam continuar irmanados a comuni-
dade simpense os poderes Executivo, Legis-
lativo e Judiciário e a Polícia, para con-
seguirem juntos recuperar a credibilidade
perdida. Informou que recebera naquele dia
uma denúncia e a gravava, dizendo que
seria mostrado pois era aterrorizante. Re-
feriu-se quanto as várias informações que a
delegacia recebia de onde se encontravam ran-



nos roubados Entendeu que deviam conti-
nuar as denúncias para que os maus
elementos não continuassem mais, con-
vivendo com a população simpense. En-
terrando o pequeno expediente, deu conti-
nuidade, o Senhor Presidente, aos traba-
lhos apresentando o Projeto de Lei núme-
ro quatro, de autoria do vereador Walde-
mar Brandão, o qual foi encaminhado
a Comissão de Justiça e Redação para que
examinasse parecer ao mesmo, em tempo há-
bil. Prossequindo após, com a Ordem do
Dia, foi deliberada a Emenda aditiva à
Lei número três, autoria da Comissão
Especial do Regimento Interno, à qual
nada havendo em contrário foi em ter-
ceiro e último votação aprovada por uno-
nimidade. No contínuo, foi apresentado
o Ante- Projeto de Lei número um, autoria do
vereador Jonas Henrique de Lima e o parecer
número um, da Comissão de Justiça e Re-
dação, sendo este último em votação apro-
vado, sem qualquer contrariedade. Após
justificou a matéria o vereador autor do
Ante- Projeto de Lei. Em discussão Honório
Slaviero, entendeu que era aquele um pro-
blema de difícil solução. mencionou que a
diferença de atividades do ginásio não pre-
judicaria a Igreja. Pediu uma melhor a-
nálise dos vereadores para não aceitação
da proposta. Quanto aos Jogos Olímpicos,
que eram que originavam a proposição,
entendia que talvez pudessem atrapalhar,
mas aí, entendia que a Igreja poderia

de mudar seus horários de oração. Disse que era religioso, mas não podia consentir com o que intencionava o Vereador. Jonas Diniz de Lima, disse que o seu Ante-Projeto não tinha rumo e foi torcido apenas o Prefeito não cumpriu promessa feita aos dirigentes daquela Igreja na época de sua campanha. Honorário Stênio disse que tinha a certeza que falava a verdade, pois jamais fora mentiroso e nunca pedira voto dizendo que não daria continuidade à construção de um ginásio semi-pronto. Waldemar Brandão, mencionou que fora seu parecer favorável ao ante-projeto, pois entendeu que somente seria levado a efeito após, aprovado em forma de projeto. Sugeriu ao Senhor Prefeito que fosse comprada pelo Poder Executivo e Igreja, pois poderia naquele local funcionar um órgão público municipal, e que fosse acomodada em outra parte da cidade mais, tranquila e segura. Disse que não lhe parecia elitorio o ante-projeto. Mencionou que não queria que os jovens, os seus filhos, sofressem penalizações, por isso deveriam achar uma solução pacífica ao caso. Informou que não votaria favorável ao fechamento do ginásio. José Pedro Serafini, mencionou ser única e exclusivamente do Poder Executivo a fiscalização dos horários para o funcionamento do ginásio. Quanto ao Ante-Projeto, disse que não via o porque obstar a tramitação do mesmo.



Diz-se da pressão que a Igreja fez no passado para o fechamento do ginásio. Informou que o ante-projeto tinha seu voto favorável, com tudo não tinha elefero de fei, pois a decisão cabia ao Poder Executivo. Participando Waldemar Brandão, disse que temia que o vereador José Pedro Serafini, estivesse querendo fazer cortaz. Continuando, José Pedro Serafini, disse que queria ver o ante-projeto tramitar pelo caso mesmo que o Prefeito viesse e não atotá-lo. Jonas Henrique de Lima, mencionou que se todos os vereadores votassem favoráveis a matéria seria um ato de solidariedade. José Pedro Serafini, disse que era favorável e votaria a favor da tramitação do ante-projeto de lei. Umbar Mussias Martinelli, parabenizou o vereador Jonas Henrique de Lima por estar cumprindo seu papel na função de legislador. Disse das tentativas feitas para solucionar o problema. Informou ser contra o ante-projeto de lei. Dalton Benoni Martinelli, disse que votava com sua consciência, mencionando que ao ante-projeto não cabia veto e sim um arquivamento no caso. Entendeu ser ingerência, dizendo que era contrário a qualquer proposição no sentido do fechamento do ginásio. Mencionou que o vereador falava que a matéria não era elitista, porém não se cansava de falar que era ano de eleição e o Prefeito poderia vir a atendê-lo, por isso entendia que intenção do vereador

era elitoria sim. Nada mais a ser
discutido sobre o matéria em votação
foi aprovado, sendo contrários a mes-
ma os vereadores Fernando Bispo Ferreira
Dalton Benoni Martini, Osmar Messias
Martelli, João Lindrade Sampaio e Flo-
rônio Slaviero. Logo continuo, foi apre-
sentado o Projeto de lei número um,
autoria dos vereadores Fernando Bispo
Ferreira e Jonas Henrique de Lima e o
Parer número três, da Comissão de Jus-
tiça e Redação, sendo posto em discus-
são o parer e nada havendo contrá-
rio ao mesmo em votação foi aprova-
do. Após deu sua justificativa ao pro-
jeto o vereador autor Fernando Bispo Fer-
reira Paschoal Gimmens Fidalgo, informa
que apresentara extemporaneamente uma
emenda, pois o projeto não abrangia a
Zona 10 em sua totalidade. Informa
o Senhor Presidente que a emenda se-
ria apreciada em sessão próximo pois
não havia sido incluída em pauta,
e teriam mais duas votações do pro-
jeto. Nada mais havendo, foi em pri-
meira votação, o mesmo aprovado por
unanimidade. A seguir foram apresen-
tados o Projeto de lei número dois, au-
toria dos vereadores Waldemar Brandão,
Jonas Henrique de Lima e Fernando Bis-
po Ferreira, o parer número dois, da
comissão de Justiça e Redação e o voto
em separado do vereador Paschoal
Gimmens Fidalgo relator da Comissão



de Justiça e Redação. Na discussão o parecer José Pedro Serafina, contestou ao voto em separado do vereador Pascheal Gimenus Hidalgo, pois o trabalho da comissão não opinava e posição do vereador, que o seu ver era dado em plenário. Mencionou que mesmo tendo os vereadores posição contrária e matéria, exaravam parecer quanto a tramitação na parte legal, constitucional e moral. Informou que não justificava o posicionamento do voto em separado do vereador Pascheal Gimenus Hidalgo, quando já opinava a sua mão concordância. Pascheal Gimenus Hidalgo, justificou o porque do seu voto em separado. Não havendo mais nenhum vereador a manifestar-se, pôs em votação o parecer foi aprovado. Após foi apresentado um requerimento de autoria de vereadores que solicitava a dispensa do interstício para a única discussão e votação do projeto ao qual não havendo nenhum posicionamento contrário em votação foi aprovado. Na discussão do Projeto, José Pedro Serafina, mencionou que não estivera na Vila Operária levantando se o povo queria ou não a mudança de nome daquela bairro. Mas se embasara numa comissão formada oficialmente pelo Casa, após o pedido de moradores para que tramitasse pelo legislativo um Projeto de lei que mudasse o nome, sendo que a comissão le-

vantava opiniões e acreditava na Pisu-
ra das mesmas. Lamentou a omissão
na época da fusão de moradores
que ficaram simplesmente observando
o que estava acontecendo. Disse de sur-
presa que tivera quando da partici-
pação de uma reunião com o Dou-
ro Urbano Paes de Barros, superinten-
dente do Itamaré e moradores da re-
gião, quando o Presidente da fusão
disse que não havia no eido-
de pessoas de peito suficiente para to-
mar tal decisão. Informou que conforme
pesquisa feita a maioria dos moradores
queria a mudança de nome, somente uma
pessoa lhe procurou, dizendo não conec-
tar com a mudança. Disse que era
favorável a mudança de nome embaixo
naquilo que fora oficialmente realizado.
Fernando Bispo Fereiro, disse de preocupa-
ção que existia entre os moradores com
referência ao prejuízo que tinham com blo-
cos de notas fiscais e demais documen-
tos, devido a mudança de nome, enten-
dendo o vendedor que poderiam estes ser
usados até terminarem, mudando so-
mente o endereço quando da confecção
de novos blocos. João Lindrado Sampaio,
achou que a mudança era incoerente,
dizendo que morar na vila não sig-
nificava ser operário brasileiro, pois to-
dos os brasileiros atualmente eram, a
ser ver, operários do Governo. Entendeu
que não deveriam mudar o nome do



Vila Operária por ser o maior núcleo
elitizado do perímetro de Sinop. Vito-
rino Dalla Libera, justificou seu voto,
fazendo suas as palavras do vereador
José Pedro Serafini. Disse que seu voto
seria favorável, devido ao trabalho fei-
to por uma comissão que apuraria
a vontade e intenção popular, devem-
do o mesmo ser concluído. Paschoal
Guimenes Fidalgo, disse que naquele
bairro existiam cidadãos que gere-
vam riquezas para o município, e
que nada alteraria ou beneficiaria
a mudança de nome. Mencionou
que não tinha desmerecido ao tra-
balho da comissão, porém seu voto
era pela permanência do nome. Wal-
demar Brandão, disse que não consen-
tia que se cometesse erros como, a se-
ria bairro ou vila, agora aglutinados
dos dois não poderia haver, fazendo
assim estavam sendo caófonos. Men-
cionou terem formado uma comissão
a qual seguiria à risca as regras
impostas pela Câmara para realiza-
ção da consulta, pesquisa e a enque-
te, dizendo que foram feitos seriamen-
te e não nas "coxas" com palavras
alguns. Entendeu que aquele bairro não
reabriria mais o nome de Vila Operá-
ria, pois já pertencia a cidade e re-
abriria a mudança de nome, pois Vila
era um pequeno lugarejo. Informou
que mudando o nome estavam va-

laçando os imóveis e estabelecimen-
tos lá instalados perante visítantes
e dando encaminhamento fora do muni-
cípio. Apontando Dalton Benoni Mar-
tini, solicitou ao vereador que esclare-
cesse, por ter conhecimento, se em ter-
mos de gráfico teriam custos. Conti-
nuando Waldemar Brandão, disse que
não haveria custo nenhum porque es-
tariam mudando o nome do Bair-
ro e não da rua, portanto os blo-
cos poderiam perfeitamente serem uti-
lizados e posteriormente, se constasse
o nome do Bairro que então fosse
feito a alteração, dizendo que não es-
tava com visto, fazendo nenhum ti-
po de "lobby". Nada mais havendo
a ser questionado quanto a matéria
em discussão, posta em votação, foi
aprovada, sendo contrários somente
os vereadores João Ambrósio Sampaio
e Paschoal Gímenes Fidalgo. Li se-
quir fora deferido o requerimento nú-
mero oito, de autoria dos vereadores
Dalton Benoni Martini e Fauro Schuck,
que foi justificado pelo vereador Dalton
Benoni Martini, e não havendo nu-
nhuma contrariedade em votação foi
aprovada. Lio contínuo, foi delibera-
do o requerimento número quinze,
autoria do vereador Jonas Penrique
de Lima que o justificou. Na sua
discussão, Paschoal Gímenes Fidalgo,
informou que estava o Senhor Eusébio



Zeferino Brito, em Luibó às sus-
tas do Município, entendendo que era obri-
gado o Poder de tomar providências
para ser repassado a responsabilidade
do cidadão que causara o pro-
blema. Nada mais a ser apresenta-
do foi levado à votação e aprovado
por unanimidade. Após, foi apresenta-
do o requerimento número dezesseis
autoria do vereador Jorge Libreu, o qual
transferiu a presidência do Mesa
ao vereador Itair Edomar Kusch - Pri-
meiro Vice-Presidente, para justificar
sua proposição. Em discussão, após
justificado, informou o vereador Dalton
Benoni Martini, que em conversa com
o Senhor Prefeito, este informou que
em atendimento a um pedido do Se-
nhor Zamele Cardinal - chefe do Der-
mat, fora que encaminhara àquela
comunidade as cargas de cascalho e
por existir um rodado, entre o Der-
mat e o Município, de máquinas
mencionou que o Senhor Prefeito, con-
fessou que errara em não ter comu-
nicado a Câmara mas que não po-
deria deixar de atender ao pedido
do Senhor Zamele Cardinal e a comu-
nidade de Baúdio. Especificou que as
estradas estavam intratáveis, porém
disse entender que a comunicação de-
veria ter vindo, por parte do Executivo,
mesmo que a posteriori entendeu que
através do requerimento poderia ser

esclarecido o que foi feito no Pócal. Vitorino Dalla Libero, disse entender o requerimento, e que era sabedor do comodato existente entre a Prefeitura e o Dermat, dizendo que uma mão lavava a outra, porém não concordava que, quando um Vereador recorria ao Poder Executivo para pedir que fossem melhoradas estradas do município, citando o caso da estrada Robert, recebia respostas negativas, e duvidou isso como vereador não podia atender os anseios dos moradores do município. Informou o Presidente interino que a mesa arquivou o requerimento. Solicitou o vereador Jonas Henrique de Lima, em questão de ordem, que continuasse a discussão após a votação. Continuando assim a discussão Paschoal Gimenus Hidalgo, registrou que era obrigação do Legislativo verificar o andamento dos trabalhos do Executivo. Entendeu que deveria o município de Sinop ajudar os municípios vizinhos, pois não estaria só atendendo o município de Cláudia com tais recuperações, mas também moradores de Sinop e empresários que tinham o seu comércio naquele município que trafegavam por aquela estrada. Disse que não deviam esquecer que Cláudia fora um distrito do município de Sinop e traxera vários benefícios. Participando Jorge Libero, disse que não estava questionando o problema do rei-



dados de Cláudio pertencer a Sinop ou não, e sim a existência de uma Lei que proibia o Executivo de trabalhar fora do município sem autorização do Legislativo. Tinha que até o poderia fazer, desde que os bairros de Sinop estivessem atendidos, pois entendia que deviam dar mais atenção aos municipais, do que aos empregados que tinham sua matéria-prima do município de Cláudio. Continuando Paschoal Gimeres Hidalgo, informou que eram estes empregados que davam empregos aos cidadãos de Sinop. João Lindrady Sampaio, concordou com a atitude do Senhor Prefeito que gentilmente atendera a um pedido do Secretário de Transportes do Estado, o qual retribuiria com maquinários, portanto achava que a culpa não era somente do Prefeito de Sinop. Entendendo que devia ser visto com cuidado o requerimento, pois fora em atendimento ao pedido do Secretário do Estado, que fora ajudado o município. Espartero Jorge Tibreu, pediu ao vereador que levantasse foto gravada ao Secretário, dizendo que queria que o mesmo se "liciasse", pois estava preocupado com a Lei que fora aprovada na Casa, e que não estava sendo atendido. Pediu ao vereador que se atesse mais aos trabalhos

do Regis Pativo, e não com um Secretário de Estado que estava preocupado em fazer política e o custo de um poder, dizendo que não queria trair seus eleitores, e o fei que fizeram, em favor de um abuso de poder, em favor de um Secretário de Estado que não sabia o que estava ocorrendo no Bairro União ou nas estradas vicinais de Simop. Continuando do feião Lindrado Sampaio, disse que não queria desmerecer a nenhum bairro ou Vila do município entendendo que poderia tirar o Senhor Prefeito os maquinários de Simop para jogar em outros municípios. Entendeu que eram felizes os simopenses por podermos ajudar a um município vizinho, pois sendo comerciante de Simop, dependia não só deste município, mas também dos municípios circunvizinhos. Jonas Henrique de Lima, achou que o verdadeiro autor do requerimento estava cumpriendo o papel de homem público, entendendo que era daquela forma que se trabalhava, e não pensando no emprego fantasma que se arrumava em Luicabé, talvez até sendo espiã de Simop, como ocorria com o verdadeiro feião Lindrado Sampaio que relacionava promessas em fitas, pedindo ao mesmo que levasse junto com o seu promessamento do sucesso anterior o do verdadeiro fei que librou daquela noite, para assim garantir seu emprego. Mencionou que



a comunidade simpemse estava vendo quem eram os verdadeiros defensores do povo. José Pedro Serafini, reclamou aos colegas que prevalesse a ética, pedindo aos mesmos que se abstersem em usar palavras que pudessem ferir a moral de colegas. Endossou as palavras do vereador Dalton Benoni Martini, quanto ao erro do Prefeito. Mencionou que tinha o requerimento seu voto favorável, dizendo que a tramitação era legal, mas por outro lado deveriam assegurar aquilo que cabia ao Poder Legislativo que fizera o Lei. João Cândido Sampaio, em resposta ao dito pelo vereador Jonas Henrique de Lima disse que não estava aí para defender ninguém, pois não prestava de nenhum emprego e não era político por opção, era político por conveniência. Informou que não queria defender ninguém pelo contrário, era independente de sigla partidária e por isso lutava. Nada mais havendo a ser discutido referente a matéria apresentada foi posta em votação sendo aprovada. Reassumindo a presidência da mesa deu o Senhor Presidente continuidade aos trabalhos sendo apresentado a indicação número setecenta, autoria do vereador Arnaldo Guimarães Fidalgo, que o justificou e não havendo nenhuma controvérsia a matéria, em votação, foi o-

provada. O mesmo ocorrendo com a indicação número quinze, autoria do vereador Fauro Schuck. Prossequindo os trabalhos, foi apresentada a indicação número dezessis, autoria do vereador Itair Edomar Kurseh, a qual foi justificada. Em discussão Flávio Slaviero, solicitou que fosse incluído na proposição, se fosse possível, também a iluminação da Estrada Jarinta até o Madureiro Fernandes. Nada mais havendo, em votação, foi aprovado por unanimidade de votos. Logo contínuo, foi apoiada a indicação número dezessete, autoria dos vereadores Jonas Henrique de Lima e Flávio Slaviero, a qual foi justificada pelo vereador Jonas Henrique de Lima. Em discussão, Waldemar Brandão, entendeu que estava havendo alijamento de menores principalmente em cidades grandes. Desejava ser contra quando o maior de idade se utilizava de menores para a prática de crimes, aproveitando-se do favorecimento que as leis davam à criança e ao adolescente. Mencionou que por muitas vezes o Conselho Tutelar, criado pelo Presidente da República atual, ao invés de resolver os problemas era o órgão gerador de problemas. Entendeu que lugar de bandido era na cadeia. Pediu aos colegas que quando fossem presos os infratores que não fossem os típicos



pois mereciam ficar lá levando "caso te", para aprender que não se deve roubar ou fazer mal a cidadãos. Disse que era favorável que o políbio fosse drástico com os infratores, mesmo sendo menores, dizendo que se erraram tinham que pagar. Mencionou que deveriam tratar as crianças com carinho, agora os adolescentes deveriam olhá-los pois já podiam pagar por seus erros. Jonas Henrique de Lima, entendeu que as palavras do vereador que o antecederia só fortaleciam seu pedido, pois falava em crianças e não bandidos, principalmente crianças com problemas mentais. Explicou ao vereador que a taxa que estavam solicitando era para acolher as crianças durante a noite, sendo que no dia seguinte seria feita uma triagem para ver o procedimento das mesmas. Informou que enquanto estivesse no conselho tutelar em prol do mesmo Dalton Benoni Martini, entendeu que tinha fundamento a indicação, porém tinham a solução, pois existia um presídio no município com seis celas, sendo que poderia ser reservada uma delas para os menores infratores, como a cela especial para as mulheres. Participando, Jonas Henrique de Lima, informou que a lei não permitia que crianças fossem detidas em delegacias. Entendeu que adolescentes, sim, estes deviam ir

para a rádio, agora crianças não. Con-
tinuando Dalton Benoni Martini es-
clareceu que a indicação se referia a
crianças e adotantes infratores, men-
cionando novamente que existiam para
eles lugar suficiente no presídio. Jonas
Henrique de Lima, mencionou de seu des-
contentamento pela maneira que fora
tratado naquela sessão, e que devido
a isso estaria se desligando do conse-
lho municipal de crianças e do ado-
tante. Waldemar Brandão, pediu dis-
culpas ao vereador Jonas Henrique de
Lima, caso o ofendia, porém tinha cer-
teza que não o fizera, pois tinha suas
convicções e as defendia veementemen-
te. Achou que o vereador errara quan-
do amexara a sua proposição os ado-
tantes, pois estes sendo infratores e-
ram o seu ver bandidos. Entendeu que o
Conselho poderia funcionar para crianças
Vitorino Dalle libera, entendeu que era
uma situação difícil para os mem-
bros do conselho. Achou que era a fun-
ção do conselho tutelar mais um erro
cometido pelo governo federal, mencionan-
do que infelizmente a constituição brasi-
leira deixava o país ingovernável. Flávio
Slaviero, como membro represen-
tante do câmaro no conselho, informou que
estavam ao par de problemas diversos
ligados aos menores carentes e estavam
tentando viabilizar uma solução para
eles. mencionou que a casa que estavam

pedindo mão era para a permanência permanente das crianças e adolescentes, somente um lugar para ficar até que fosse averiguado o motivo pelo qual foram encontradas nas ruas, para depois serem encaminhadas aos lugares adequados para cada situação. Waldemar Brandão, disse concordar com a total proteção da criança, mas sua discordância era quanto aos adolescentes infratores, dizendo, de preferência "casete nulo". Fernando Bispo Ferrero, concordou com a posição dos vereadores Dalton Benoni Martini e Waldemar Brandão, dizendo ser favorável a proteção do menor como também era favorável a proteção do adolescente, mas desde que estivesse procedendo como cidadão. Entendeu que apartir do momento que o elemento cometera uma infração ele devia ser punido, fosse onde fosse. Disse que a proposição, tirando a palavra infrator, estaria dentro dos conformes de seus pensamentos. Participando Romário Spaviero, informou que ficava difícil tirar a palavra infração quando era o que ocorria, tinham que dar apoio. Continuando, Fernando Bispo Ferrero, disse novamente que discordava do infrator, achando que este devia pagar pela sua irregularidade cometida. Jonas Penruque de Lima, disse ao vereador Fernando Bispo Ferrero, que a palavra infrator estava no estatuto de

siameses e não poderiam mudá-lo. A-
cha que como membros do Conselho
estavam cumprindo os seus deveres,
trabalhando dentro do Pe-Dalton Bene-
ni Martini, em respeito a posição dos
vereadores indicados pela Casa e fa-
zerem parte do Conselho Tutelar, disse
que votaria favorável a indicação. Nada
mais havendo, em votação foi aprova-
da, sendo contrário somente o vereador
Waldemar Brandão, não a proposição
em seu "totum" mas aos termos
"adolescentes infratores". Após, foi apre-
sentada a portaria número dois, de
autoridade da Comissão Especial forma-
da para visitar as delegacias, ao Pe-
Potão de Polícia e ao Fórum, a qual
foi acatada pelo município. Logo contínuo,
foi aprovada a Moção de Pedido nú-
mero um, também de autoridade da co-
missão supra, a qual quando a assi-
natura dos vereadores, automaticamen-
te fora aprovada. Devido ao adianta-
do da hora, foi dado prosseguimento
a sessão com espaço aberto às expli-
cações pessoais. José Pedro Serafini, pe-
diu endosso do Senhor Presidente para
que a Câmara de Vereadores atendesse
com recursos financeiros existentes as
despesas de pessoal para a formação
de uma equipe que averiguasse a si-
tuação do Aluminação pública de Simão.
Dizendo do abuso de cobrança do ilu-
minação e precariedade do mesmo



em determinados locais da cidade, entendendo ser muitas vezes a cobrança da iluminação pública irregular por não existir e ser cobrada. Referiu-se as várias reclamações que recebia quanto a este problema. Disse que queria em nome do Poder Legislativo dar uma parcela de contribuição a comunidade levantando a situação mostrando através de dados onde o benefício não era oferecido e a partir daí, com a amigabilidade dos moradores, fosse encaminhado o pedido a um promotor ou advogado, os quais faziam uma procuração, para que a pessoa que estava sendo levada assinasse a procuração e juntamente com o endosso dos vereadores do taxa, entrassem na justiça, para que o Poder Judiciário reconhecesse uma liminar que desobrigue o pagamento de iluminação pública, onde a mesma não existisse. Pedindo o apoio do taxa na proposição. Encerrando disse da satisfação que tivera em fazer parte da comissão que levantara a situação do policiamento, acreditando que era devido a isto que estavam sendo desbaratados os roubos que ocorriam no município. Informou o Senhor Presidente que comunicava com o idêntico da necessidade de tomarem uma medida quanto a iluminação pública faziam um estudo nos para ver se tinham autonomia para

tal providências, e caso o tivessem, provi-
denciaríamos para que se fizesse o vintó-
rio. Após, transferiu a presidência ao
vereador Itairis Lidomar Kusch, primeiro
Vice-Presidente para ocupar a Tribuna,
dizendo que vinha sendo procurado por
cidadãos simpatizantes quanto ao alto
custo da obra de asfalto no mu-
nicípio, informando que nenhum ci-
dadão tivera lucro suficiente para a-
companhar o aumento do asfalto, e se
perturbasse aquela situação o Executivo
teria uma receita irrisória pois nin-
guém teria condições de pagar. Enten-
deu que tinham que reverter o fato,
pedindo o apoio dos edis para uma
reunião com cidadãos que estavam
preocupados por não podiam pagar
o asfalto, dizendo que se conseguissem
adequar o pagamento do asfalto ao
projeto Produrbe um e dois tinha certe-
za que todos teriam condições de pa-
gar. Referiu-se quanto a redução no
metro quadrado de asfalto consegui-
do pelo Executivo quando da troca
das empresas empreiteiras que est-
vam fazendo o asfalto. Pediu a pre-
sença de todos os vereadores na reu-
nião que fariam com os empresá-
rios, conseguindo, talvez, juntos resol-
verem o problema. Mencionou que o
Executivo estava embarrado, não encon-
tra em erro, mas ao mesmo tempo
estavam com seus bens em débito



com o município, pois não existia
valorização do imóvel em relação
ao asfalto. Encerrando seu pronun-
ciamento reassumiu a presidência
do mesa. Continuando aberto o es-
paço as explicações pessoais. Pas-
cheal Gímenes Hidalgo, parabeniza
a comissão especial formado para
averiguar o problema do seguro
público pelo bom trabalho feito, di-
zendo que problemas como aqueles
que existissem no município, deviam
ser levadas ao legislativo para que
pudesse agilizar providências aos
mesmos. Mencionou que o Hospital
Regional estava para ser mudado
do INSS, pedindo que agiliza-
sem o mudanciamiento para assim
podem ser atendidos os segurados
do INSS. Waldemar Brandão, agrade-
ceu aos vereadores Dalton Benoni Mar-
tini e José Pedro Serafini por terem
continuado um trabalho que não
pudera acompanhar, que fora em
relação a seguro público. Não ha-
vendo mais desejo por parte dos se-
nhores vereadores a fazer uso do pe-
lourra, o Senhor Presidente, agradeceu
o prezinho de todos e em nome de Deus
declarou encerrado o sessão, sendo a
presente ato lavrada e se feito por
virá assinado do Presidente e Primei-
ro Secretário.